**Tema 2**

Ana trabalhou para a empresa Auto Viação ABC Ltda. e, após sua rescisão contratual, ingressou com reclamação trabalhista em face da sua antiga empregadora com o objetivo de requerer o pagamento de algumas verbas que não haviam sido pagas corretamente no curso da relação de emprego.

Ocorre que, após a citação, a empresa entrou em contato com Ana com uma proposta de acordo extrajudicial. Ana analisou os termos do acordo, com o auxílio de um advogado, e decidiu aceitar a proposta e as partes, em conjunto, apresentaram petição nos autos do processo judicial requerendo a homologação do acordo e a extinção do processo, com resolução do mérito.

No entanto, embora Ana tenha demonstrado sua concordância expressa com os termos do acordo, inclusive amparada pelo seu advogado, o juízo decidiu pela não homologação do acordo e o prosseguimento da ação. O principal fundamento do juízo ao rejeitar o acordo foi o da impossibilidade de homologação da cláusula que previa quitação ampla e irrestrita de todas as verbas vinculadas à relação de emprego que existiu entre as partes.

Diante do exposto, respondam:

a) Qual ou quais princípios do Direito do Trabalho foram aplicados pelo órgão julgador no presente caso? Justifique.

b) A recusa do juízo a realizar a homologação do acordo fere alguma norma de natureza processual? Justifique.